



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
ESCOLA DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA VIDA
MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE**

A Vitimação secundária em contexto de abuso sexual na adolescência: Adaptação e validação da Escala de Vitimação Secundária

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense, orientada pela Professora Doutora Cláudia Camilo e Professora Doutora Eunice Magalhães.

Beatriz Ribeiro de Almeida Clara Gueifão

Lisboa, 2025

www.lusofona.pt



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
ESCOLA DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA VIDA
MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE**

A Vitimação secundária em contexto de abuso sexual na adolescência: Adaptação e validação da Escala de Vitimação Secundária

“VERSÃO FINAL”

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona, Centro Universitário de Lisboa no dia 16/01/2025, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 1013/2024, de 31 de outubro de 2024, com a seguinte composição:
Presidente: Prof^a Doutora Carolina D’All Antónia Motta;
Arguente: Prof^a Doutora Carla Margarida Vieira Antunes (CUP-UL);
Orientador: Prof^a Doutora Cláudia Sofia Dinis Camilo.

Beatriz Ribeiro de Almeida Clara Gueifão

Lisboa 2025

Resumo

O presente estudo teve como objetivo adaptar e validar a Escala de Vitimação Secundária para o contexto do abuso sexual na adolescência em Portugal. Participaram neste estudo 275 adultos ($M_{idade} = 45.00$; $DP = 17.89$), predominantemente mulheres (81%). Os participantes preencheram um conjunto de questionários de auto-relato centrados nas características sociodemográficas, nos mitos sobre o abuso sexual, na dominância social, na empatia, e a escala de vitimação secundária na sequência da leitura de um caso hipotético.

Os resultados da análise fatorial confirmaram a estrutura tridimensional da Escala de Vitimação Secundária (i.e., minimização do sofrimento da vítima, culpabilização da vítima e evitamento da vítima), tendo sido obtida uma consistência interna adequada para todos estes fatores ($\alpha > .70$). Associações positivas foram encontradas entre a vitimação secundária e a aceitação de mitos sobre abuso sexual e a orientação para a dominância social (ODS), e negativas com a empatia. Os homens apresentaram níveis mais elevados de minimização do sofrimento e de culpabilização da vítima em comparação com as mulheres. Não foram encontradas diferenças significativas em nenhuma dimensão da vitimação secundária entre participantes com e sem experiência de violência sexual na infância.

Os resultados do presente estudo sublinham a importância de providenciar evidências de validade e fidelidade de escalas que permitam o desenvolvimento de investigação acerca dos processos explicativos da vitimação secundária no contexto do abuso sexual.

Palavras-chave: *vitimação secundária, abuso sexual, psicométrica, validade, fidelidade.*

Abstract

The present study aimed to adapt and validate the Secondary Victimization Scale for the context of sexual abuse in adolescence in Portugal. 275 adults (M age = 45.00; SD = 17.89) participated in this study, predominantly women (81%). Participants completed a set of self-report questionnaires focusing on sociodemographic characteristics, myths about sexual abuse, social dominance, empathy, and the secondary victimization scale following reading a hypothetical case.

The results of the factor analysis confirmed the three-dimensional structure of the Secondary Victimization Scale (i.e., minimizing the victim's suffering, blaming the victim and avoiding the victim), with an adequate reliability obtained for all the dimensions ($\alpha > .70$). Positive associations were found between secondary victimization and acceptance of myths about sexual abuse and social dominance orientation (SDO), and negative associations with empathy. Men showed higher levels of minimizing suffering and blaming the victim compared to women. No significant differences were found in any dimension of secondary victimization between participants with and without experience of sexual violence in childhood.

The results of the present study highlight the importance of providing evidence of validity and fidelity of scales that allow the development of research into the explanatory processes of secondary victimization in the context of sexual abuse.

Keywords: *secondary victimization, sexual abuse, psychometrics, validity, fidelity*

Lista de Abreviaturas e Siglas

AFC	Análise Fatorial Confirmatória.
ASC	Abuso Sexual de Crianças.
CFI	<i>Comparative Fit Index.</i>
CMJ	Crença num Mundo Justo.
ODS	Orientação para a Dominância Social.
RMSEA	<i>Root Mean Square Error of Approximation.</i>
SRMR	<i>Standardized Root Mean Square Residual.</i>

Índice

Índice de Tabelas	7
Introdução.....	8
Método.....	12
Participantes.....	12
Medidas	12
Caraterísticas Sociodemográficas.....	12
Vitimação Secundária.....	12
Mitos sobre Abuso Sexual.....	13
Dominância Social.....	13
Empatia.....	14
Procedimentos de recolha e análise de dados.....	14
Resultados.....	16
Estatísticas descritivas.....	16
Evidência baseada na estrutura interna.....	18
Evidência baseada da associação com outras variáveis.....	18
Fiabilidade	20
Discussão	21
Referências Bibliográficas.....	26

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Estatística Descritiva dos Itens da Escala de Vitimação Secundária</i>	17
Tabela 2. <i>Saturação dos Itens da Escala de Vitimação Secundária</i>	18
Tabela 3. <i>Correlações entre as variáveis em estudo</i>	19
Tabela 4. <i>Diferenças de gênero nos fatores da Escala de Vitimação Secundária</i>	20
Tabela 5. <i>Diferenças de médias nos fatores da Escala de Vitimação Secundária em função da experiência de violência sexual na infância</i>	20

Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o abuso sexual de crianças (ASC) é definido como “o envolvimento de uma criança numa atividade sexual em que ele/a não compreende totalmente e é incapaz de dar consentimento informado, ou para a qual a criança não está preparada a nível desenvolvimental e não pode dar consentimento, ou que viola as leis ou tabus sociais da sociedade” (WHO, 1999). O ASC, enquanto experiência de violência sexual, não inclui apenas a violação e a penetração forçada, uma vez que ações sem contacto físico também caracterizam o ASC (Mathews & Collin-Vézina, 2019). Forçar a criança a tocar ou a ver partes privadas, forçá-la a tocar em partes expostas, fotografá-la nua, e expô-la a material pornográfico são, também, exemplos de ASC (Singh et al., 2014). De acordo com o Código Penal Português, artigo 171.º “(1) Quem praticar ato sexual de relevo com menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos; (2) Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos; (3) Quem (a) Importunar menor de 14 anos, praticando acto previsto no artigo 170.º; ou (b) Atuar sobre menor de 14 anos, por meio de conversa, escrito, espetáculo ou objeto pornográficos; (c) Aliciar menor de 14 anos a assistir a abusos sexuais ou a atividades sexuais; é punido com pena de prisão até três anos; (4) Quem praticar os actos descritos no número anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos; (5) A tentativa é punível” (Assembleia da República, 1982).

A investigação sugere que 3 a 17% de crianças/jovens do sexo masculino e de 8 a 31% de crianças/jovens do sexo feminino experienciaram algum tipo de ASC (Patriota de Souza et al., 2019). A nível nacional, foram registados, em 2021, 1416 casos de crimes sexuais contra crianças e jovens, o que representa 5.5% dos crimes registados em Portugal (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2022). Destes, 353 correspondem a casos de ASC. Apesar de o ASC ser o tipo de abuso e negligência menos prevalente, o seu potencial impacto negativo e as dinâmicas envolvidas tornam este subtipo de abuso alvo de particular investimento científico ao longo de décadas (Rovinski & da Luz Pelisoli, 2024). Além disso, a investigação demonstra que as reações dos outros (significativos e não significativos) podem ter impacto para as vítimas de ASC, particularmente quando envolve descredibilização e culpabilização da vítima, constituindo-se como forma de vitimação secundária (Tavares et al., 2023).

A vitimação secundária pode envolver comportamentos de culpabilização da vítima, assim como de não mobilização dos recursos necessários para dar resposta ao seu sofrimento (Tavares et al., 2023). Este processo surge como resultado das ações das instituições, do contacto das mesmas com a vítima e da forma como gerem o processo de vitimação, assim como da reação social negativa para com a vítima, sendo esta experienciada como uma violação aos seus direitos básicos (Laximinarayan, 2012). A literatura indica que a vitimação secundária acentua o impacto negativo da própria experiência abusiva, na medida em que, os processos de vitimação secundária legitimam este tipo de violência (Orth, 2002). Estes processos de vitimação secundária emergem socialmente, mas podem também ocorrer no contexto do contacto das vítimas de crime com o sistema de justiça, o que pode intensificar as suas dificuldades psicológicas (McQueen et al., 2021), e comprometer a sua recuperação, uma vez que, as vítimas podem deixar de procurar ajuda devido a experiências negativas com as autoridades (Patterson, 2011).

Pelo contrário, experiências positivas no sistema podem ter impactos positivos para as vítimas. Um estudo realizado com crianças e pais, acompanhados por um projeto de acompanhamento à vítima, indicou que, apesar da maioria dos participantes se demonstrar satisfeito com a reação inicial à sua queixa, estes manifestaram níveis inferiores de satisfação na etapa de investigação (Ben-Arieh & Windman, 2007). Verificou-se que diversos elementos eram passíveis de afetar a felicidade das crianças vítimas, sendo "ser tratado com respeito" o mais significativo. Os resultados deste estudo ressaltam a importância de informar as vítimas e de considerar as suas necessidades durante as investigações criminais (Ben-Arieh & Windman, 2007). Do mesmo modo, a falta de flexibilidade nas normas formais e a aplicação inadequada da lei em relação às vítimas de ASC podem assim constituir uma forma de vitimação secundária (Roque et al., 2014).

Os processos de vitimação secundária parecem ser influenciados por diferentes processos, crenças, e atitudes dos indivíduos, nomeadamente, a orientação para a dominância social (ODS) ou a empatia (Emelle, 2018). Especificamente, a capacidade de se colocar no lugar do outro pode contribuir para reduzir os processos de culpabilização das vítimas (Mardegan, 2023). Pelo contrário, uma orientação para a dominância social representa a predisposição de um indivíduo para aceitar ou apoiar a hierarquia e a desigualdade entre grupos (Ho et al., 2012), e está associada a maior propensão para culpar vítimas de agressão sexual (Emelle, 2018). Com efeito, indivíduos que apresentam níveis mais elevados de ODS tendem a considerar as vítimas de ASC como menos

credíveis, comparativamente a indivíduos com níveis mais baixos de ODS (Alcantara et al., 2019; Magalhães et al., 2022). Finalmente, a empatia emerge associada aos processos de culpabilização das vítimas, na medida em que indivíduos com elevada empatia apresentam menores níveis de culpabilização de vítimas (Dvir & Nagar, 2022; Ghidina, 2019).

Do mesmo modo, o endosso de mitos sobre violência sexual está associado à culpabilização das vítimas e à sua vitimação secundária. Os mitos sobre o ASC representam crenças incorretas e suposições estereotipadas sobre o abuso sexual, vítimas e perpetradores (Cromer & Goldsmith, 2010). Especificamente, indivíduos que apresentam níveis elevados de conservadorismo tendem a apoiar os papéis de gênero e o sexismo, contribuindo, desta forma, para a aceitação de mitos de violação, o que no contexto judicial se traduz em menos condenações (Rosewood & Hammond, 2023). Com efeito, os mitos sobre qualquer tipo de violência têm sido identificados na literatura como importantes fatores de risco para a legitimação da violência, e especificamente do ASC (Mathews & Collin-Vézina, 2019), podendo estar associados à resposta da comunidade no geral, e em particular do sistema judicial/ de promoção e proteção, e à vitimação secundária das crianças vítimas. A desinformação, a falsa informação, ou a não compreensão do conceito de ASC podem ter como consequência a legitimação desta forma de violência (Ferragut et al., 2022; Mathews & Collin-Vézina, 2019).

Assim, a vitimação secundária pode prejudicar a confiança das vítimas nas instituições sociais, na aplicação da lei e nos sistemas de apoio, potenciando sensações de isolamento e desconfiança (Juli et al., 2023). A maioria das vítimas que procurou apoio por parte dos sistemas legais ou de saúde mental relatou efeitos psicológicos adversos, demonstrando uma relação significativa entre a vitimação secundária e os sintomas de stress pós-traumático (Campbell & Raja, 2005). Vítimas de violação, que recebem pouco suporte por parte dos sistemas judiciais ou médicos e são culpabilizadas apresentam elevados níveis stress pós-traumático. Os comportamentos dos profissionais, como duvidar e culpar as vítimas, contribui para o aumento do sofrimento psicológico das vítimas de violação (Campbell et al., 1999). Finalmente, as reações negativas da comunidade estão associadas a piores resultados de saúde para sobreviventes de violência, existindo lacunas significativas na oferta de serviços legais e médicos. Por todas estas razões, é necessário desenvolver esforços de prevenção da vitimação secundária (Campbell & Barnes, 2001), que começam por desenvolver ou adaptar instrumentos que permitam avaliar estes processos de vitimação secundária, e contribuir para uma compreensão mais alargada deste fenómeno.

Assim, o presente estudo tem como objetivos: (a) adaptar a Escala de Vitimação Secundária (Tavares et al., 2023) para o contexto do abuso sexual na adolescência; e (b) providenciar evidências de validade e fidelidade.

Método

Participantes

O presente estudo incluiu 275 participantes, maioritariamente do sexo feminino (81%), com idades compreendidas entre os 18 e os 81 anos ($M = 45.00$, $DP = 17.89$). A maioria dos participantes era casado (47.3%) ou solteiro (38.5%). No que concerne às habilitações literárias, a maioria dos participantes concluiu a Licenciatura (40.7%) ou o Mestrado (20.5%), seguido do Ensino Secundário (30.8%).

Do total dos participantes, apenas 9.1% exerce funções profissionais em áreas que têm contacto com vítimas de ASC, dos quais 5.8% trabalha em entidades do sistema de justiça ou de apoio à vítima e 3.3% em entidades do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens. Destes participantes, a maioria trabalha na Área Metropolitana de Lisboa (52%), 24% no Centro, 16% no Norte, 4% nos Açores e 4% no Algarve.

A maioria dos participantes reportou não ter experienciado nenhum tipo de violência sexual na infância nem na idade adulta (83.5% e 83.6%, respetivamente). No entanto, mais de metade dos participantes (51.8%) conhece, ou já conheceu, alguma pessoa que foi vítima de violência sexual na infância ou na idade adulta.

Medidas

Caraterísticas Sociodemográficas

As caraterísticas demográficas dos participantes foram avaliadas através de um questionário sociodemográfico, especificamente: a idade, género, habilitações académicas, área de formação, contacto com situações de ASC, bem a experiência profissional dos participantes que exercem funções em entidades com potencial contacto com vítimas de ASC.

Vitimação Secundária

A Escala de Vitimação Secundária (Tavares et al., 2023) contém nove itens organizados em três dimensões da vitimação secundária: Minimização do sofrimento da vítima (e.g., “A estudante tem sofrido muito com as consequências da situação”), Culpabilização da vítima (e.g., “A estudante tem, em parte, culpa pelo que lhe aconteceu.”) e Evitamento da vítima (e.g., “Você estaria disponível para dar abrigo à estudante até que a situação seja resolvida.”). Antes dos participantes responderem a estas questões, é apresentado um cenário fictício de um episódio de violência sexual (cf. Tavares et al., 2023), que, para a realização do presente estudo, foi adaptado para um

episódio de abuso sexual na adolescência – “Uma adolescente de 13 anos foi à polícia para fazer queixa do seu tio, que a tinha violado. Ela conta que o incidente ocorreu num hotel onde tinham passado o fim-de-semana em família. O tio negou o incidente, quando questionado pela polícia. Ele alegou que não era capaz de forçar a sua sobrinha a fazer sexo”. Foi pedido aos participantes que indicassem o seu nível de concordância com cada um dos itens, numa escala de Likert de 5 pontos (entre 1 = *Discordo totalmente* e 5 = *Concordo totalmente*). A escala original apresenta uma consistência interna adequada para as três dimensões: Minimização do sofrimento da vítima ($\alpha = .83$), Culpabilização da vítima ($\alpha = .82$), e Evitamento da vítima ($\alpha = .83$).

Mitos sobre Abuso Sexual

A escala de mitos sobre o abuso sexual (Collings, 1997, versão portuguesa de Chim et al., 2020) mede a aceitação de mitos e estereótipos sobre abuso sexual, e é constituída por 14 itens, organizados em três dimensões: Difusão da culpa (e.g., “Raparigas adolescentes que usam roupas reveladoras estão a “pedir” para serem abusadas sexualmente”), Negação do abuso (e.g., “Crianças mais velhas, que têm uma maior compreensão sobre questões sexuais, têm a responsabilidade de resistir ativamente a avanços sexuais por parte dos adultos”) e Estereótipos restritivos (e.g., “A maior parte das crianças é abusada sexualmente por estranhos ou por homens que a criança não conhece bem”). Foi pedido aos participantes que indicassem o seu nível de concordância com cada um dos itens, numa escala de Likert de 5 pontos (entre 1 = *Discordo totalmente* e 5 = *Concordo totalmente*). A versão portuguesa da escala revelou índices de consistência interna entre aceitável e bom: Difusão da culpa ($\alpha = .81$), Negação do abuso ($\alpha = .64$) e Estereótipos restritivos ($\alpha = .73$). No presente estudo, a escala apresenta igualmente índices de consistência interna entre questionável e aceitável: Difusão da culpa ($\alpha = .76$), Negação do abuso ($\alpha = .56$) e Estereótipos restritivos ($\alpha = .74$). Atendendo ao reduzido valor de consistência interna obtido na dimensão de Negação do abuso, foi também calculado a correlação inter-item (.27). Obtido um valor de correlação inter-item superior a .20, a dimensão de Negação do abuso será incluída nas análises por se considerar o valor de consistência interna aceitável (Roschel et al., 2021).

Dominância Social

A Escala de Orientação para a Dominância Social (Pratto et al., 2013; Magalhães et al., 2022) mede a aceitação de hierarquias que diferenciam grupos e que suportam processos de desigualdade social, através de 4 itens (e.g., “Não devemos insistir na

igualdade ente grupos”), sendo solicitado aos participantes que indiquem o seu nível de concordância com cada afirmação, numa escala de Likert de 7 pontos (entre 1 = *Discordo totalmente* e 7 = *Concordo totalmente*). Nos estudos anteriores com amostras portuguesas, a escala revelou confiabilidade aceitável ($\alpha = .65$) (Magalhães et al., 2022) e na presente amostra confiabilidade questionável ($\alpha = .56$). Atendendo ao reduzido valor do *Alpha de Cronbach*, foi também calculada a correlação inter-item (.22). Obtido um valor de correlação inter-item superior a .20, a dimensão de dominância social será incluída nas análises por se considerar o valor de consistência interna aceitável (Roschel et al., 2021).

Empatia

A empatia foi medida através de 3 itens (e.g., “Sou sensível aos sentimentos dos outros”), sendo solicitado aos participantes o seu nível de concordância numa escala de Likert de 7 pontos (entre 1 = *Discordo totalmente* e 7 = *Concordo totalmente*) (Milfont & Sibley, 2016; Magalhães et al., 2022). A confiabilidade da escala demonstra-se aceitável no presente estudo ($\alpha = .65$).

Procedimentos de recolha e análise de dados

O presente estudo integra um projeto de investigação mais abrangente sobre vitimação secundária e violência sexual, aprovado previamente pela Comissão de Ética e Deontologia da Investigação Científica da Escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona - de Lisboa. Foi realizado um pedido prévio aos autores da escala de vitimação secundária, para adaptação da escala para português de Portugal (dado que a versão original é em português do Brasil) e para alteração do contexto abusivo para uma situação de abuso sexual.

Os dados foram recolhidos online, através da plataforma *Qualtrics*, e o link do estudo foi divulgado através das redes sociais, contactos pessoais e emails institucionais de entidades que têm contacto com vítimas de ASC, como Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. O preenchimento dos questionários, precedido da obtenção de consentimento informado, teve a duração de aproximadamente 10 minutos. Os instrumentos foram apresentados aos participantes na seguinte ordem: questionário sociodemográfico, escala de mitos sobre o abuso sexual, escala de vitimação secundária, escala da empatia e escala da orientação para a dominância social. Após o preenchimento dos instrumentos, foi apresentado a cada participante um *Debriefing*/explicação da investigação, agradecendo a participação,

enquadrando-a nos objetivos da investigação, e facultando os contactos de serviços de apoio psicológico em caso de necessidade, e das investigadoras responsáveis pelo projeto de investigação. Não existiu qualquer tipo de recompensa pela participação neste estudo.

No que diz respeito à análise de dados, foi utilizado o *software IBM SPSS Statistics*, versão 29.0.2.0, para realizar as análises estatísticas descritivas, bem como para analisar diferenças de médias, correlações e a fiabilidade da escala de vitimação secundária. Apenas os participantes que responderam a pelo menos 80% do questionário foram incluídos nas análises e uma vez que os *valores omissos* correspondem a menos de 1% (0.7%) em cada item, os mesmos foram substituídos pelas médias. Para a análise descritiva da amostra e dos itens da escala, foram consideradas as médias, desvio-padrão, percentagem de concordância entre os itens, assimetria e curtose. Posteriormente, conduziu-se a análise fatorial confirmatória (AFC) com recurso ao *software IBM AMOS*, versão 29, utilizando o método de estimação da Máxima Verosimilhança. A qualidade do ajustamento do modelo foi avaliada com base nos seguintes critérios: rácio entre a estatística qui-quadrado e os graus de liberdade (χ^2/df) inferior a 2; o *comparative fit index* (CFI) próximo de 1 (Bentler, 1990), a *root mean square error of approximation* (RMSEA) abaixo de .10 (Maroco, 2010), e o *standardized root mean square residual* (SRMR) menor que .08 (Hu & Bentler, 1999). Por último, foram calculadas as correlações entre os fatores da escala de vitimação secundária e a empatia, orientação para a dominância social, mitos sobre o abuso sexual, e a idade. Foram também realizados testes-T para amostras independentes para analisar diferenças de médias dos fatores da escala de vitimação secundária em função do género e de ter ou não experiências de abuso sexual na infância.

Resultados

Estatísticas descritivas

Para analisar a distribuição das respostas aos itens da escala de vitimação secundária, foi realizada uma análise descritiva dos seus nove itens (Tabela 1). As médias de resposta aos itens variam entre 1.22 (*Discordo muito*) e 4.44 (*Concordo*).

O item que demonstrou uma maior percentagem de discordância foi o item 6 (“A adolescente é a principal responsável pelo que lhe aconteceu”), na medida em que 83.3% dos participantes responderam 1 (*Discordo totalmente*). Foi possível verificar que no item 3 (“A situação da adolescente é muito dolorosa para ela.”), a maioria dos participantes concordou muito, no sentido em que 54.5% dos participantes responderam 5 (*Concordo totalmente*). Verificou-se ainda que o único item para o qual nenhum participante assinalou a opção de resposta *Concordo totalmente* foi o item 5 (“A adolescente fez por merecer o que lhe aconteceu”).

Tabela 1*Estatística Descritiva dos Itens da Escala de Vitimação Secundária.*

Item	M	DP	Porcentagem de concordância					Assimetria		Curtose	
			1	2	3	4	5	Estatística	EP	Estatística	EP
1. A adolescente tem sofrido muito com as consequências da situação.	4.44	.72	0.7	0.7	6.9	37.2	54.4	-1.47	.15	3.24	.29
2. A adolescente está a aproveitar-se da situação.	1.65	.80	52.7	31.6	13.8	1.5	0.4	1.06	.15	.65	.29
3. A situação da adolescente é muito dolorosa para ela.	4.42	.78	1.5	1.1	6.2	36.7	54.5	-1.77	.15	4.38	.29
4. A adolescente tem, em parte, culpa pelo que lhe aconteceu.	1.38	.73	71.5	20.4	5.5	2.2	0.4	2.09	.15	4.53	.29
5. A adolescente fez por merecer o que lhe aconteceu.	1.26	.56	79.9	14.7	5.1	0.4	0.0	2.02	.15	4.31	.29
6. A adolescente é a principal responsável pelo que lhe aconteceu.	1.22	.57	83.3	12.7	2.9	0.7	0.4	3.18	.15	12.21	.29
7. Você estaria disponível para dar abrigo à adolescente até que a situação seja resolvida.	3.82	.94	1.5	6.9	25.2	40.9	25.5	-.56	.15	-.04	.29
8. Você estaria disponível para ir à polícia depor a favor da adolescente.	4.13	.84	0.4	2.5	19.6	38.2	39.3	-.67	.15	-.12	.29
9. Você estaria disponível para acompanhar a adolescente nas audiências judiciais.	4.19	.78	0.4	2.2	13.9	45.6	38	-.81	.15	.65	.29

Nota: EP = Erro padrão.

Evidência baseada na estrutura interna

O ajustamento do modelo da AFC incluindo os três fatores latentes - minimização do sofrimento da vítima, culpabilização da vítima e evitamento da vítima – revelou-se adequado, de acordo com os critérios previamente descritos: $\chi^2(24) = 76.48$, $p < .001$, $\chi^2/df = 3.19$, CFI = .96, RMSEA = .09, SRMR = .06. A Tabela 2 apresenta a saturação de cada item no fator correspondente, sendo de referir que foram obtidos valores superiores a .50 para todos os itens e que todos apresentaram um *p-value* estatisticamente significativo (p value < .05).

Tabela 2

Saturação dos Itens da Escala de Vitimação Secundária

Fator/Item	Saturação
Fator 1 – Minimização do sofrimento da vítima	
1. A adolescente tem sofrido muito com as consequências da situação.	.871
2. A adolescente está a aproveitar-se da situação.	-.603
3. A situação da adolescente é muito dolorosa para ela.	.824
Fator 2 – Culpabilização da vítima	
4. A adolescente tem, em parte, culpa pelo que lhe aconteceu.	.727
5. A adolescente fez por merecer o que lhe aconteceu.	.949
6. A adolescente é a principal responsável pelo que lhe aconteceu.	.811
Fator 3 – Evitamento da vítima	
7. Você estaria disponível para dar abrigo à adolescente até que a situação seja resolvida.	.574
8. Você estaria disponível para ir à polícia depor a favor da adolescente.	.804
9. Você estaria disponível para acompanhar a adolescente nas audiências judiciais.	.900

Evidência baseada da associação com outras variáveis

A Tabela 3 apresenta as correlações entre os fatores da escala de vitimação secundária e o conjunto de variáveis teoricamente plausíveis. Verificaram-se correlações

positivas e estatisticamente significativas entre os fatores da escala de vitimação secundária e os três fatores da escala dos mitos (difusão da culpa, negação do abuso e estereótipos restritivos), a ODS e a idade. Especificamente, níveis superiores das três dimensões de vitimação secundária estão associados a níveis superiores de mitos sobre o abuso sexual (difusão da culpa, negação do abuso, estereótipos restritivos) e de ODS. Do mesmo modo, quanto maior a idade dos participantes mais elevadas as pontuações nas dimensões Minimização do Sofrimento da Vítima e Culpabilização da Vítima.

Por outro lado, observaram-se correlações negativas significativas entre a empatia e a as três dimensões de vitimação secundária, sugerindo que níveis mais elevados de empatia estão associados a níveis mais reduzidos de minimização do sofrimento da vítima, culpabilização e evitamento da vítima. Finalmente, os resultados revelaram correlações positivas e estatisticamente significativas entre todas as dimensões da escala de vitimação secundária (Tabela 3).

Tabela 3

Correlações entre as variáveis em estudo

	1	2	3	4	5	6	7	8
1. MSV	-							
2. CV	.600**	-						
3. EV	.430**	.425**	-					
4. ODS	.284**	.223**	.287**	-				
5. Empatia	-.197**	-.247**	-.282**	-.310**	-			
6. DC	.625**	.457**	.368**	.289**	-.248**	-		
7. NA	.394**	.343**	.188**	.268**	-.286**	.616**	-	
8. ER	.453**	.358**	.209**	.232**	-.278**	.628**	.651**	-
9. Idade	.142*	.152*	.110	.093	.157**	.130*	-.210**	-.194**

Nota. ** $p < .01$; * $p < .05$; MSV=Minimização do Sofrimento da Vítima; CV= Culpabilização da Vítima; EV= Evitamento da Vítima; ODS= Orientação para a Dominância Social; DC= Difusão da Culpa; NA= Negação do Abuso; ER= Estereótipos Restritivos

Os resultados revelaram, ainda, diferenças estatisticamente significativas de género para a Minimização do sofrimento da vítima ($t(56.69) = -2.78, p = .007$) e para a Culpabilização da vítima e ($t(267) = -4.21, p < .001$). Especificamente, os homens apresentaram níveis superiores, em ambas as dimensões, comparativamente às mulheres (Tabela 4).

Tabela 4*Diferenças de gênero nos fatores da Escala de Vitimação Secundária*

	Feminino		Masculino		<i>df</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
Minimização do sofrimento da vítima	1.23	0.47	1.54	0.74	56.69	-2.78	.007
Culpabilização da vítima	1.52	0.60	1.94	0.72	267	-4.21	<.001
Evitamento da vítima	1.91	0.69	2.10	0.70	266	-1.80	.073

Finalmente, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os participantes que experienciaram violência sexual na infância e os que não experienciaram, em nenhuma das dimensões da escala de vitimação secundária (Tabela 5).

Tabela 5*Diferenças de médias nos fatores da Escala de Vitimação Secundária em função da experiência de violência sexual na infância*

	Sim		Não		<i>df</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
Minimização do sofrimento da vítima	1.22	0.55	1.30	0.55	271	-.92	.360
Culpabilização da vítima	1.49	0.68	1.61	0.63	270	-1.18	.240
Evitamento da vítima	1.80	0.78	1.97	0.70	269	-1.49	.138

Fiabilidade

A consistência interna da escala foi verificada através do *Alfa de Cronbach*. Os resultados desta análise indicaram evidências de fiabilidade adequadas para todos os fatores: Minimização do sofrimento da vítima ($\alpha = .79$), Culpabilização da vítima ($\alpha = .85$) e Evitamento da vítima ($\alpha = .78$).

Discussão

Este estudo teve como principal objetivo adaptar e validar a escala de vitimação secundária para o contexto do abuso sexual na adolescência, oferecendo uma oportunidade de desenvolvimento de investigação acerca da vitimação secundária no contexto português, e especificamente no que diz respeito ao abuso sexual. Com efeito, a presente dissertação pretendia contribuir com resultados centrado numa ferramenta confiável para a avaliação da vitimação secundária, que permita a definição de estratégias de prevenção e intervenção com vítimas de abuso.

Os resultados deste estudo revelaram que comportamentos de vitimação secundária mais reportados nesta amostra envolvem a culpabilização da vítima e o evitamento da vítima. Estes comportamentos revelam uma maior propensão dos participantes para a responsabilização das vítimas do que para a minimização do seu sofrimento. A culpabilização da vítima, manifestada na tendência para atribuir culpa à adolescente abusada, é um reflexo de crenças profundamente enraizadas que frequentemente associam a responsabilidade do abuso à conduta da vítima, e não ao perpetrador (Campbell & Raja, 1999). Este fenómeno está bem documentado na literatura e, decorre frequentemente de crenças e mitos que direcionam a responsabilidade do agressor para a vítima. Este tipo de vitimação secundária pode resultar em processos de estigmatização das vítimas, dificultando o seu processo de recuperação (Campbell, 2008; Rosewood & Hammond, 2023).

O evitamento da vítima, por sua vez, reflete atitudes de distanciamento em relação às vítimas de abuso sexual. Este comportamento pode ser entendido como uma forma de proteger o próprio desconforto emocional face à gravidade do abuso ou ao estigma que lhe está associado (Grubb & Turner, 2012). O evitamento pode manifestar-se tanto em atitudes subtis, como na relutância em apoiar a vítima publicamente, quanto em ações mais explícitas, como o distanciamento social ou a recusa em prestar ajuda, incluindo situações formais de procura de ajuda policial/judicial.

No que se refere aos resultados de validade, a replicação da estrutura tridimensional da escala de vitimação secundária (Tavares et al., 2023) nesta amostra confirma a robustez da escala e a sua aplicabilidade em contextos culturais e sociodemográficos diversos. O ajustamento do modelo de três dimensões – minimização do sofrimento da vítima, culpabilização da vítima e evitamento da vítima – e a consistência interna adequada observada em todas as subescalas (com alfas de Cronbach

superiores .70), reforçam a validade e confiabilidade desta medida para a avaliação da vitimação secundária, no contexto português e relativamente a situações de abuso sexual.

Além disso, as associações observadas entre as dimensões da escala e outras variáveis oferecem *insights* importantes sobre os fatores que podem contribuir para a vitimação secundária. As correlações positivas entre as dimensões de vitimação secundária e a aceitação de mitos sobre o abuso sexual (Cromer & Goldsmith, 2010) e ODS (Alcantara et al., 2019), e negativas com a empatia (Dvir & Nagar, 2022) são teoricamente plausíveis e congruentes com a literatura anterior.

Estes resultados sugerem que processos de vitimação secundária podem estar ancorados em crenças e atitudes que justificam a desigualdade social e minimizam a gravidade da violência sexual. Do mesmo modo, crenças de que as vítimas provocam o abuso ou de que exageram as suas consequências, têm sido amplamente documentados na literatura como barreiras significativas ao apoio efetivo às vítimas (Collings, 1997). Estudos anteriores têm demonstrado que a aceitação de mitos sobre o abuso sexual envolve atitudes de culpabilização da vítima e minimização do seu sofrimento (Collings, 1997; Grubb & Turner, 2012). Do mesmo modo, a orientação para as hierarquias sociais envolve processos cognitivos de justificação das desigualdades (Pratto et al., 2006) o que se traduz neste contexto em atitudes de minimização e desvalorização das experiências abusivas por parte das vítimas de violência. Por oposição, participantes que reportam níveis elevados de empatia apresentam níveis mais reduzidos de minimização do sofrimento, de culpabilização e de evitamento da vítima. Esta relação é coerente com a literatura existente, que identifica a empatia como um fator protetor contra a adoção de crenças estigmatizantes e atitudes de distanciamento social em relação às vítimas de abuso sexual (Mann & Barnett, 2013). A capacidade de se colocar no lugar da vítima e compreender o impacto emocional do abuso parece contrariar a tendência para culpar ou evitar a vítima, promovendo uma resposta mais compassiva e solidária (Davis, 1983). Estes resultados reforçam a importância de promover o desenvolvimento de competências empáticas em contextos de intervenção, uma vez que podem contribuir para a diminuição da vitimação secundária e para uma abordagem mais humanizada e justa das vítimas de ASC.

No que diz respeito às variáveis sociodemográficas, a idade dos participantes revelou uma associação positiva com a vitimação secundária, especificamente, ao nível da minimização do sofrimento da vítima e da culpabilização da vítima. Este padrão pode refletir a internalização de normas sociais mais conservadoras ou tradicionais, que tendem

a culpar as vítimas e a minimizar a gravidade do abuso sexual. É possível que as gerações mais velhas tenham sido socializadas num contexto em que os mitos sobre o abuso sexual eram mais prevalentes e menos desafiados publicamente, o que pode explicar estas atitudes (Suarez & Gadalla, 2010). Relativamente às diferenças de género, os resultados indicaram que os homens tendem a minimizar mais o sofrimento da vítima e a culpabilizá-la mais do que as mulheres. Este resultado é consistente com a literatura, que sugere que os homens, em média, são mais propensos a aderir a mitos sobre o abuso sexual e a exibir atitudes de culpabilização da vítima, possivelmente devido a normas de género que incentivam a dominância e a minimização da vulnerabilidade (Viki & Abrams, 2002). Finalmente, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas dimensões da vitimação secundária entre os participantes que experienciaram violência sexual na infância e aqueles que não a experienciaram. Este resultado é consistente com dados anteriores que revelam que não há diferenças significativas entre vítimas e não vítimas no endosso de mitos (Davies & Rogers, 2009). Este resultado sugere ainda que a vitimação secundária pode ser influenciada por fatores contextuais e socioculturais mais amplos, em vez de ser diretamente modulada por experiências pessoais de abuso. No entanto, é possível que outras variáveis, como o apoio social ou a resiliência individual, possam mediar a relação entre a experiência de vitimação e as atitudes de vitimação secundária, o que sugere a necessidade de mais investigação para explorar estes processos de forma mais aprofundada. Estudos anteriores sugerem que o apoio social recebido pelas vítimas, assim como a sua perceção de controlo sobre as circunstâncias, desempenham um papel crucial na modulação das consequências psicológicas da vitimação, incluindo atitudes relacionadas com a minimização do sofrimento e culpabilização das vítimas (Ullman & Peter-Hagene, 2014). Estes fatores podem, assim, atuar como barreiras ou facilitadores na forma como as vítimas e as suas experiências são percecionadas.

Limitações, implicações para a investigação e prática profissional

Apesar dos contributos importantes deste estudo, é fundamental reconhecer as suas limitações. Em primeiro lugar, a amostra utilizada foi de conveniência, e maioritariamente composta por mulheres e indivíduos com elevados níveis de escolaridade, o que não permite a generalização dos resultados. Além disso, a recolha de dados foi realizada online, o que pode ter limitado a constituição de uma amostra mais diversa ao nível das características sociodemográficas, uma vez que indivíduos com maior acesso e familiaridade com tecnologias digitais estavam mais propensos a participar. Esta

limitação sugere que os resultados devem ser interpretados com cautela, especialmente no que diz respeito à generalização para populações com características sociodemográficas diferentes. Outra limitação prende-se com o desenho transversal do estudo, que não permite estabelecer relações causais entre as variáveis analisadas. Investigações futuras poderiam beneficiar de desenhos longitudinais que permitam acompanhar as mudanças nas atitudes de vitimação secundária ao longo do tempo e identificar os fatores que contribuem para essas mudanças (Podsakoff et al., 2003). A utilização de medidas de autorrelato pode também ter introduzido vieses relacionados com a desejabilidade social, uma vez que os participantes podem ter respondido de acordo com o que consideram ser socialmente aceitável, em vez de refletirem as suas verdadeiras crenças e atitudes. Este tipo de viés é uma limitação comum em estudos que abordam temas sensíveis, como a vitimação secundária, e deve ser tido em conta ao interpretar os resultados. Embora tenham sido tomadas precauções para minimizar este viés, como garantir o anonimato dos participantes, é possível que algumas respostas tenham sido influenciadas por este fator. Atendendo a que não foi utilizada uma escala de desejabilidade social para controlar esse efeito, os resultados devem ser interpretados com cuidado.

Ainda assim, podemos identificar um conjunto de implicações para a prática e investigação a partir dos resultados deste trabalho. Do ponto de vista prático, os resultados sublinham a importância de desenvolver intervenções educativas e formativas que visem reduzir a aceitação de mitos sobre o abuso sexual e aumentar a empatia para com as vítimas. Estas intervenções podem ser especialmente relevantes em contextos profissionais onde existe um contacto direto com vítimas de abuso sexual, como no sistema de justiça, nas forças de segurança e nos serviços de apoio à vítima. A formação contínua nestes contextos pode ajudar a reduzir a incidência de vitimação secundária, promovendo uma resposta mais sensível e adequada às necessidades das vítimas (Grubb & Turner, 2012). Neste sentido, as intervenções devem ser sensíveis às diferenças de género e idade, considerando estratégias informadas pelas necessidades específicas de cada grupo.

Do ponto de vista da investigação, o presente estudo abre várias direções promissoras. Em primeiro lugar, seria importante replicar este estudo em amostras mais diversificadas, tanto em termos de género como de nível socioeconómico e educativo. Amostras que incluam uma maior diversidade de experiências e perspetivas podem proporcionar uma visão mais completa das dinâmicas de vitimação secundária em

diferentes contextos. Em segundo lugar, investigações longitudinais poderiam ajudar a clarificar as relações causais entre vitimação secundária, aceitação de mitos sobre o abuso sexual e outras variáveis, oferecendo uma compreensão mais clara e fiável acerca dos fatores que contribuem para os processos de vitimação secundária ao longo do tempo.

Em suma, este estudo contribui significativamente para o conhecimento sobre a vitimação secundária em casos de abuso sexual na adolescência em Portugal, fornecendo evidências empíricas sobre a validade e confiabilidade de uma escala de medida e a sua relação com um conjunto de outras dimensões pessoais e sociocognitivas. Ao identificar as crenças e atitudes subjacentes à vitimação secundária, este trabalho oferece *insights* valiosos para a conceção de intervenções mais eficazes e sensíveis, com o objetivo de reduzir o impacto negativo da vitimação secundária nas vítimas e promover uma resposta justa e equitativa a situações de violência sexual.

Referências Bibliográficas

- Alcantara, R., Shortway, K. M., & Prempeh, B. A. (2019). The Relationship between Social Dominance Orientation and Child Sexual Abuse Credibility Assessment. *Journal of Child Sexual Abuse*, 28(4), 400-416. <https://doi.org/10.1080/10538712.2019.1592271>
- Assembleia da República. (1982). Código Penal Português (Lei n.º 400/82, de 23 de setembro). Art. 171 - Abuso sexual de crianças. Diário da República, 1.ª série, n.º 224. Acedido a 10 de julho de 2024.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). (2022). *Relatório Anual de Estatísticas da APAV 2021*.
- Ben-Arieh, A., & Windman, V. (2007). Secondary victimization of children in Israel and the child's perspective. *International Review of Victimology*, 14(3), 321-336. <https://doi.org/10.1177/026975800701400303>
- Bentler, P. M. (1990). Comparative fit indexes in structural models. *Psychological Bulletin*, 107(2), 238-246. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.107.2.238>
- Campbell, R. (2008). The psychological impact of rape victims. *American psychologist*, 63(8), 702. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.63.8.702>
- Campbell, R., & Barnes, H. (2001). *Preventing the "Second Rape"*. Sage Publications.
- Campbell, R., & Raja, S. (2005). The sexual assault and secondary victimization of female veterans: Help-seeking experiences with military and civilian social systems. *Psychology of Women Quarterly*, 29(1), 97-106. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2005.00171.x>
- Campbell, R., Sefl, T., Barnes, H. E., Ahrens, C. E., Wasco, S. M., & Zaragoza-Diesfeld, Y. (1999). Community services for rape survivors: Enhancing psychological well-being or increasing trauma?. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 67(6), 847-858. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.67.6.847>
- Chim, I., Magalhães, E., Graça, J., Antunes, C., & Ferreira, C. (2020). Child sexual abuse myth scale: Validity and reliability evidence in the Portuguese context. *Journal of Child Sexual Abuse*, 29(7), 802-820. <https://doi.org/10.1080/10538712.2020.1801934>
- Collings, S. J. (1997). Development, reliability, and validity of the child sexual abuse myth scale. *Journal of Interpersonal Violence*, 12(5), 665-674. <https://doi.org/10.1177/088626097012005004>

- Cromer, L. D., & Goldsmith, R. E. (2010). Child sexual abuse myths: Attitudes, beliefs, and individual differences. *Journal of Child Sexual Abuse, 19*(6), 618-647. <https://doi.org/10.1080/10538712.2010.522493>
- Davies, M., & Rogers, P. (2009). Perceptions of blame and credibility toward victims of childhood sexual abuse: Differences across victim age, victim-perpetrator relationship, and respondent gender in a depicted case. *Journal of Child Sexual Abuse, 18*(1), 78-92. <https://doi.org/10.1080/10538710802584668>
- Davis, M. H. (1983). The effects of dispositional empathy on emotional reactions and helping: A multidimensional approach. *Journal of Personality, 51*(2), 167-184. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.1983.tb00860.x>
- Dvir, M., & Nagar, M. (2022). Would victims blame victims? Effects of ostracism, sexual objectification, and empathy on victim blaming. *Frontiers in Psychology, 13*, 912698. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.912698>
- Emelle, Ogechi. (2018a). *The influence of social dominance orientation and perspective-taking on victim blaming after sexual assault* (dissertation). *The Influence of Social Dominance Orientation and Perspective-Taking on Victim Blaming after Sexual Assault*. Lunds universitet/Institutionen för psykologi.
- Ferragut, M., Rueda, P., Cerezo, M. V., & Ortiz-Tallo, M. (2022). What do we know about child sexual abuse? Myths and truths in Spain. *Journal of Interpersonal Violence, 37*(1-2), 757-775. <https://doi.org/10.1177/0886260520918579>
- Ghidina, M. (2019). Deconstructing victim-blaming, dehumanization, and othering: Using empathy to develop a sociological imagination. *Teaching Sociology, 47*(3), 231-242. <https://doi.org/10.1177/0092055X19843978>
- Grubb, A., & Turner, E. (2012). Attribution of blame in rape cases: A review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming. *Aggression and Violent Behavior, 17*(5), 443-452. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.06.002>
- Ho, A. K., Sidanius, J., Pratto, F., Levin, S., Thomsen, L., Kteily, N., & Sheehy-Skeffington, J. (2012). Social dominance orientation: Revisiting the structure and function of a variable predicting social and political attitudes. *Personality and Social Psychology Bulletin, 38*(5), 583-606. <https://doi.org/10.1177/0146167211432765>

- Hu, L. T., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 6(1), 1-55.
- Juli, M. R., Juli, R., Juli, G., & Figliuzzi, S. (2023). Victim blaming: Being a victim twice. Comparison of emotional and socio-cultural aspects. *Psychiatria Danubina*, 35(Suppl 2), 150-154.
- Laxminarayan, M. (2012). Procedural Justice and Psychological Effects of Criminal Proceedings: The Moderating Effect of Offense Type. *Social Justice Research*, 25(4), 390-405. <https://doi.org/10.1007/s11211-012-0167-6>
- Magalhães, E., Graça, J., Antunes, C., Ferreira, C., & Pinheiro, M. (2022). Why are men more likely to endorse myths about child sexual abuse than women? Evidence from disposition and situation-based approaches. *Child Maltreatment*, 27(3), 356-365. <https://doi.org/10.1177/1077559520988353>
- Mann, R. E., & Barnett, G. D. (2013). Victim empathy intervention with sexual offenders: Rehabilitation, punishment, or correctional quackery?. *Sexual Abuse*, 25(3), 282-301. <https://doi.org/10.1177/107906321245566>
- Mardegan, A. M. (2023). Injustiça epistêmica: a prova testemunhal e o preconceito identitário no julgamento de crimes contra a mulher. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, 9(1), 65-100. <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v9i1.788>
- Maroco, J. (2010). *Análise de Equações Estruturais: Fundamentos Técnicos, Software & Aplicações*. ReportNumber.
- Mathews, B., & Collin-Vézina, D. (2019). Child sexual abuse: Toward a conceptual model and definition. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(2), 131-148. <https://doi.org/10.1177/1524838017738726>
- McQueen, K., Murphy-Oikonen, J., Miller, A., & Chambers, L. (2021). Sexual assault: Women's voices on the health impacts of not being believed by police. *BMC Women's Health*, 21(1). <https://doi.org/10.1186/s12905-021-01358-6>
- Milfont, T. L., & Sibley, C. G. (2016). Empathic and social dominance orientations help explain gender differences in environmentalism: A one-year Bayesian mediation analysis. *Personality and Individual Differences*, 90, 85-88. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.10.044>
- Orth, U. (2002). Secondary victimization of crime victims by criminal proceedings. *Social Justice Research*, 15, 313-325. <https://doi.org/10.1023/A:1021210323461>

- Patriota de Souza, V., de Alcântara Gusmão, T. L., Brandão Neto, W., Gomes Guedes, T., & Meirelles Monteiro, E. M. L. (2019). Fatores de risco associados à exposição de adolescentes à violência sexual. *Avances en Enfermería*, 37(3), 364-374. <https://doi.org/10.15446/av.enferm.v37n3.77050>
- Patterson, D. (2011). The linkage between secondary victimization by law enforcement and rape case outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(2), 328-347. <https://doi.org/10.1177/0886260510362889>
- Pelisoli, C., Herman, S., & Dell’Aglia, D. D. (2015). Child sexual abuse research knowledge among child abuse professionals and laypersons. *Child Abuse & Neglect*, 40, 36-47. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.08.010>
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., Lee, J. Y., & Podsakoff, N. P. (2003). Common method biases in behavioral research: a critical review of the literature and recommended remedies. *Journal of Applied Psychology*, 88(5), 879. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.88.5.879>
- Pratto, F., Cidam, A., Stewart, A. L., Zeineddine, F. B., Aranda, M., Aiello, A., ... & Henkel, K. E. (2013). Social dominance in context and in individuals: Contextual moderation of robust effects of social dominance orientation in 15 languages and 20 countries. *Social Psychological and Personality Science*, 4(5), 587-599. <https://doi.org/10.1177/1948550612473663>
- Pratto, F., Sidanius, J., & Levin, S. (2006). Social dominance theory and the dynamics of intergroup relations: Taking stock and looking forward. *European Review of Social Psychology*, 17(1), 271-320. <https://doi.org/10.1080/10463280601055772>
- Roque, E. M. D. S. T., Ferriani, M. D. G. C., Gomes, R., Silva, L. M. P. D., & Carlos, D. M. (2014). Justice system and secondary victimization of children and or adolescents victims of sexual violence in the family. *Saúde e Sociedade*, 23, 801-813. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000300006>
- Röschel, A., Wagner, C., & Dür, M. (2021). Examination of validity, reliability, and interpretability of a self-reported questionnaire on Occupational Balance in Informal Caregivers (OBI-Care)—A Rasch analysis. *Plos one*, 16(12), e0261815. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0261815>
- Rosewood, E., & Hammond, L. (2023). The impacts of conservatism, social dominance, and rape myth acceptance on blame attribution in ambiguous rape

- scenarios. *Violence Against Women*, 29(15-16), 3007-3023. <https://doi.org/10.1177/10778012231200474>
- Rovinski, S. L. R., & da Luz Pelisoli, C. (2024). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: Testemunho e avaliação psicológica* (2a Ed.). Vetor Editora.
- Singh, M. M., Parsekar, S. S., & Nair, S. N. (2014). An epidemiological overview of child sexual abuse. *Journal of Family Medicine and Primary Care*, 3(4), 430. <https://doi.org/10.4103/2249-4863.148139>
- Suarez, E., & Gadalla, T. M. (2010). Stop blaming the victim: A meta-analysis on rape myths. *Journal of Interpersonal Violence*, 25(11), 2010-2035. <https://doi.org/10.1177/0886260509354503>
- Tavares, S. M., Pimentel, C. E., Paiva, T. T., & Pereira, C. R. (2023). Development and validation of the secondary victimization scale. *Psychological Reports*, 126(5), 2594-2615. <https://doi.org/10.1177/00332941221092652>
- Ullman, S. E., & Peter-Hagene, L. C. (2014). Social reactions to sexual assault disclosure, coping, perceived control, and PTSD symptoms in sexual assault victims. *Journal of Community Psychology*, 42(4), 495-508. <https://doi.org/10.1002/jcop.21624>
- Viki, G. T., & Abrams, D. (2002). But she was unfaithful: Benevolent sexism and reactions to rape victims who violate traditional gender role expectations. *Sex Roles*, 47, 289-293. <https://doi.org/10.1023/A:1021342912248>
- WHO (1999). *Report of the consultation on child abuse prevention*. Geneva, Switzerland
- Yapp, E. J., & Quayle, E. (2018). A systematic review of the association between rape myth acceptance and male-on-female sexual violence. *Aggression and Violent Behavior*, 41, 1-19. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.05.002>